



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO Nº 56/2012

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 14 de Dezembro de 2012

MOÇÃO

Contra o empobrecimento do País

O chamado Programa de Assistência Económica e Financeira – um verdadeiro Pacto de Agressão dirigido contra os trabalhadores, o povo e o país – que PS, PSD e CDS-PP subscreveram, com o apoio do Presidente da República, em Maio de 2011, com as entidades internacionais (FMI, BCE e Comissão Europeia), dando expressão a uma ilegítima ingerência externa promovida e apoiada por aqueles partidos, constitui um golpe contra o regime democrático, a soberania de decisão do povo português e a independência nacional.

Este Programa confirma-se como um novo e perigoso passo na política de direita, que visa desferir um ataque sem precedentes aos salários e rendimentos dos trabalhadores e dos reformados, operar uma gigantesca transferência de recursos do trabalho para o capital, liquidar direitos e conquistas sociais, continuar a assegurar a extorsão da riqueza e recursos nacionais em benefício daqueles que especularam, no país e fora dele, com a dívida pública portuguesa.

Mais de ano e meio passado sobre a sua aplicação, o Pacto de Agressão revela-se, como um instrumento de exploração dos trabalhadores, empobrecimento do povo, liquidação do tecido produtivo, comprometimento do futuro do país e usurpação da soberania nacional.

Neste contexto se inclui o OE para 2013 recentemente aprovado. Alguém chamou a este Orçamento um “assalto à mão armada”. Quem o disse foi um conselheiro de Estado, antigo presidente do PSD, que não fez mais do que expressar o sentimento de repúdio que atravessa todo o país perante o pior Orçamento de que há memória. Um Orçamento que destrói a classe média. Quem o disse foi um outro conselheiro de Estado, figura proeminente do CDS. Um Orçamento que nos esmifra a todos. Quem o disse foi o Secretário de Estado Carlos Moedas.

Este é o Orçamento insuportável de um Governo moribundo, desacreditado, vaiado onde quer que vá, e repudiado pelos seus próprios eleitores, que por todo o país se

juntam à enorme força social de luta, que cresce em cada dia que passa, contra esta política e este Governo.

Este é o orçamento farsa de uma maioria destroçada, em pânico e em pré-debandada, que encenou uma trégua de conveniência para garantir a sobrevivência do Governo durante o debate orçamental e que fingiu alterar a proposta de orçamento numa tentativa, quase infantil, de enganar os portugueses e iludir as suas responsabilidades.

Este é na verdade o pior Orçamento de que há memória. É um Orçamento que não resolverá nenhum dos problemas nacionais, que agravará a dívida pública e que terá devastadoras consequências no plano económico e social, com os cortes no investimento, com a quebra dos rendimentos dos trabalhadores e dos reformados, com o empobrecimento da generalidade da população, com a falência das micro, pequenas e médias empresas, com os cortes nas funções sociais do Estado. É um Orçamento de recessão, de falências, de desempregados, de famílias insolventes, de abandono escolar, de empobrecimento e miséria, de jovens forçados a emigrar.

Numa situação já marcada por uma profunda recessão de oito trimestres consecutivos, por um desemprego sem precedentes e em crescimento, por um generalizado processo de regressão social e de empobrecimento dos portugueses, este Orçamento é um ato de agressão contra o povo e o país.

O IRS conhece o maior aumento de que há memória. São reestruturados os escalões de forma a penalizar mais duramente os rendimentos mais baixos e a taxar as camadas intermédias como se fossem grandes fortunas, são reduzidas as deduções com a habitação, a saúde e a educação, e é imposta a infame sobretaxa de 3,5% a todos os contribuintes que foi a forma encontrada pelo Governo para confiscar um mês de salário aos trabalhadores e aos reformados. A política tributária deste Governo é muito simples. Os ricos pagam como se fossem pobres e os que se tornam pobres pagam como se fossem ricos.

Para os funcionários públicos, este será mais um Orçamento de choque a pavor. Mantém-se os cortes salariais entre 3,5 e 10%. Mantém-se o confisco de dois salários, sendo um deles engolido pelo IRS. Alteram-se para pior as regras da aposentação. Anuncia-se o despedimento de metade dos contratados a prazo na administração central, regional e local, dando lugar ao despedimento colectivo de largas dezenas de milhares de trabalhadores.

Este Orçamento acentua o ataque às funções sociais do Estado. Na Saúde, o corte é de 660 milhões de euros. Na Educação, é de 1.125 milhões de euros. Nas prestações sociais o Governo corta 1040 milhões de euros, em subsídios de desemprego, de doença e até de funeral. Nem o fundo de garantia das prestações de alimentos a menores escapa à voracidade deste Governo quando se trata de lesar os mais desfavorecidos.

Este Orçamento só vai acentuar a recessão e o desemprego. Os micro, pequenos e médios empresários vêem as suas empresas e as suas vidas destruídas pela falta de crédito bancário, pela cessação de pagamentos que lhes são devidos, pela perda de poder de compra da maioria da população e confrontam-se com a total insensibilidade do Governo e da maioria perante a destruição, às suas mãos, da espinha dorsal do tecido empresarial português. A irracionalidade da manutenção do IVA da restauração na taxa máxima de 23%, contra todos os apelos e perante a evidência das consequências catastróficas dessa medida para a nossa economia e para o nosso tecido social, é uma elucidativa imagem de marca deste Orçamento e do Governo insensato e irresponsável que o impõe.

Este Orçamento é um assalto ao bolso dos trabalhadores, dos reformados e das camadas mais desfavorecidas, mas salvam-se os ricos e os poderosos, os grupos económicos e financeiros, os que sempre se furtaram a pagar impostos, por via de benefícios e isenções fiscais ou por manobras de engenharia fiscal, de distribuição antecipada de dividendos ou do recurso a paraísos fiscais. Ao contrário do que afirma o Governo, a repartição dos sacrifícios não é justa nem equitativa. Mantém-se escandalosos benefícios ao grande capital em sede de IRC. Não são tributadas as mais-valias mobiliárias das SGPS. Adia-se para as calendas gregas a tributação das transacções feitas nos mercados financeiros.

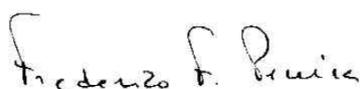
Deste modo a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida em sessão ordinária decide:

1. Saudar todos os trabalhadores que, com grande determinação e consciência de classe, resistem e lutam para defender os seus direitos, ao mesmo tempo que lhes reitera total apoio nas batalhas que travam e venham a travar, para exigir o aumento real dos salários, a efectivação dos direitos consagrados nas convenções colectivas de trabalho, a revogação das alterações gravosas contidas no Código do Trabalho e da legislação laboral para a administração pública.
2. Exigir ao Presidente da República o veto do OE para 2013, pelo facto de colidir com a Constituição da República Portuguesa.

Barreiro, 14 de Dezembro de 2012

Aprovada por maioria, com 19 votos a favor da CDU e do BE e 13 votos contra do PS e do PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal



Frederico Pereira